

atendimento presencial, por meio do aplicativo e em seus materiais de divulgação.

Art. 5º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará as empresas infratoras às seguintes penalidades:

I. Multa diária;

II. Suspensão temporária do aplicativo;

III. Cassação da autorização para funcionamento do aplicativo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

Justificativa:

O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores que atuam nas plataformas de mobilidade, estabelecendo a obrigatoriedade do atendimento presencial humano por parte das empresas de aplicativos de transporte individual e entrega de bens, em todas as localidades onde atuem, num raio de 40 quilômetros.

A crescente utilização de aplicativos de mobilidade tem revolucionado a forma como nos locomovemos e consumimos bens e serviços. No entanto, essa expansão exponencial tem gerado uma série de desafios para os trabalhadores dessa categoria, que muitas vezes enfrentam dificuldades para resolver problemas relacionados às suas atividades, como pagamentos indevidos, cancelamentos injustificados de corridas e falta de suporte técnico.



A ausência de um canal de atendimento presencial dificulta a resolução de conflitos e a defesa dos direitos desses trabalhadores, que muitas vezes são informais e não possuem conhecimento pleno sobre seus direitos trabalhistas.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2024.

Gilvan Maximo
Deputado Federal
Republicanos DF

